

Vert Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 252SX-012-PB



Índice

	Página
Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	6
Demonstrações contábeis	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	17

VERT-MAGALU CRÉDITO PESSOAL COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS
FINANCEIROS

Relatório da Administração

São Paulo, 20 de março de 2025

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a administração da VERT-MAGALU CRÉDITO PESSOAL COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Vert-Magalú Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
São Paulo, 20 de março de 2025

Dados Gerais da Emissão

Apresentamos, os dados da 1ª emissão emitida em série única do tipo debêntures simples não conversíveis, em 19 de abril de 2022, o qual foram emitidas 300 (trezentas mil debêntures) em série única, pelo valor unitário de R\$ 1 (mil reais), totalizando o valor da emissão em R\$300.000 (trezentos milhões de reais), com data da primeira integralização em 16 de maio de 2022, tais debêntures possuem data de vencimento em 19 de abril de 2027.

Dados Gerais das Séries

A seguir, demonstraremos os dados gerais das séries em relação as debêntures da 1ª emissão, simples não conversíveis, e suas especificações:

1ª Emissão	Série única
Código IF	VMAC11
Taxa de remuneração a.a	CDI + 2,75% a.a.
Quantidade em circulação	30.000

Dados Gerais na Data-Base:

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total das debêntures é apresentado da seguinte maneira:

1ª Emissão	Preço Unitário (PU)	Quantidade	Saldo devedor
Série única	R\$ 0,16329	30.000	R\$ 4.899

Performance da Carteira de Créditos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a carteira de créditos oriunda de operações de créditos financeiros, lastro da operação é composta da seguinte maneira:

Carteira em 31 de dezembro de 2024	1ª Emissão
Valor Presente Bruto	R\$ 2.314
Provisão para Devedores Duvidosos	R\$ 2.131
Valor Presente Líquido	R\$ 183
Taxa Juros Média CCBs em aberto (a.m.)	5,53%
Prazo Médio CCBs em aberto (meses)	24,26
PDD %	92,1%
Total originado	R\$ 3.339
Total recebido até 31 de dezembro de 2024	R\$ 2.907

Aquisição de direitos creditórios:

Até a data-base de 31 de dezembro de 2024 a VERT-MAGALU CRÉDITO PESSOAL COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS efetuou a aquisição de R\$ 3.339 (três milhões cento e cinquenta e cinco mil) de direitos creditórios, tais recursos são originados de integralizações ocorridas no mesmo exercício, desta maneira, vale ressaltar que a aquisição se dará durante o processo de investimento “período de investimento”.

Provisão para Devedores:

Para as provisões de créditos de devedores duvidosos, a VERT-MAGALU CRÉDITO PESSOAL COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS registrou uma provisão para devedores duvidosos no montante acumulado de R\$ 2.131 (dois milhões, cento e trinta e um mil reais) até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Vale ressaltar que a Companhia está empenhada em trabalhar juntamente com o agente de cobrança para recuperar esses créditos, embora seja importante destacar que os créditos securitizados não possuem garantias por bens reais.

Parcelas pagas com atrasos vs parcelas pagar até o vencimento:

É importante ressaltar que a performance da carteira está ligada de forma direta com os recebimentos dos lastros das operações e que possíveis atrasos impactará o pagamento das remunerações aos debenturistas, sendo assim, a seguir demonstraremos o fluxo de parcelas pagas com atrasos e parcelas pagar no vencimento:

<u>Parcelas pagas com atrasos:</u>	<u>1ª Emissão</u>
De 1 a 15 dias após do vencimento	550
De 16 a 30 dias após do vencimento	78
De 31 a 60 dias após do vencimento	32
Superior a 61 dias	9

<u>Parcelas pagas no vencimento:</u>	<u>1ª Emissão</u>
Pago no vencimento	863
De 1 a 15 dias antes do vencimento	812
De 16 a 30 dias antes do vencimento	360
De 31 a 60 dias antes do vencimento	141
Acima de 61 dias antes do vencimento	62

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Vert-Magalú Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Vert-Magalú Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Vert-Magalú Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza de suficiência de liquidação

Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 4 que informa que a Companhia é constituída sob regime fiduciário e que o saldo dos CCBs apresenta provisão de R\$ 2.131 mil sobre o montante de R\$ 2.314 mil, que representa 92,09% da carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2024. Observamos um descasamento sobre os valores a receber e os valores a serem pagos, consequentemente, a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações junto aos investidores, está diretamente associada ao recebimento dos lastros envolvidos nas transações. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recebíveis que servem de lastro para as Debêntures

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui valores a receber no valor líquido de R\$ 183 mil referentes às suas emissões de Debêntures, emitidos com regime fiduciário. A existência, totalidade e valorização dos recebíveis que servem de lastro para as Debêntures é fundamental para suportar os valores que serão registrados a títulos de valores a receber e as obrigações a pagar com os investidores, e por esse motivo foi tratado como assunto relevante.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: (i) conciliação contábil da carteira em sua totalidade; (ii) recálculo do valor presente dos recebíveis com base nas taxas de juros e demais condições pactuadas contratualmente em sua totalidade; (iii) validação da existência por meio da verificação dos contratos por amostragem; (iv) testes documentais para os recebimentos financeiros dos direitos creditórios em sua totalidade; (v) acompanhamento dos níveis de inadimplência; e (vi) análise da aderência das divulgações efetuadas das demonstrações financeiras que atendem aos requisitos estabelecidos pela Resolução CVM no 60/2021.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento dos recebíveis e o resultado obtido no exercício foram razoáveis no contexto das demonstrações contábeis da Companhia.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentada como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Patrimônio Separado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Patrimônio Separado a não mais se manter em continuidade operacional.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

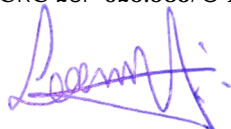
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1



Leonardo Mesquita Dantas

Contador CRC 1SP-263.110/O-7

Vert-Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	99	4.906
Empréstimos e recebíveis	4	167	896
Adiantamento a fornecedores	-	1	3
Total do ativo circulante		267	5.805
Ativo não circulante			
Empréstimos e recebíveis	4	16	185
Total do ativo não circulante		16	185
Total do ativo		283	5.990
Passivo circulante			
Contas a pagar	5	2	113
Obrigações fiscais	-	1	7
Debêntures	6	2.222	2.180
Provisão para perda da carteira	6	(2.001)	-
Outras obrigações	-	19	41
Total do passivo circulante		243	2.341
Passivo não circulante			
Debêntures	6	2.677	6.820
Provisão para perda da carteira	6	(2.640)	(3.174)
Total do passivo		37	3.646
Patrimônio líquido			
Capital social	7	5	5
Prejuízos acumulados	-	(2)	(2)
Total do patrimônio líquido		3	3
Total do passivo e patrimônio líquido		283	5.990

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vert-Magalú Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	8	(573)	(1.747)
Provisão para perda de crédito esperada	8	(1.038)	(1.039)
Provisão para perda da carteira	8	1.467	1.717
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(144)	(1.069)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	9	1.098	4.321
Despesas financeiras	9	(954)	(3.252)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-
Resultado líquido do exercício		-	-
Resultado por ação referente às ações ordinárias		-	-
Resultado por ação referente às ações preferenciais		-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vert-Magalú Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
 Demonstrações do resultado abrangente
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado líquido do exercício	----- - =====	----- - =====
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	----- - =====	----- - =====

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vert-Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital a Integralizar</u>	<u>Resultados acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 dezembro de 2022	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>3</u>
Resultado do exercício	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>3</u>
Resultado do exercício	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>3</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vert-Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		-	-
Ajustes por			
Provisão para perda da carteira	6	(1.467)	(1.717)
Rendimento sobre a carteira de créditos	4	(948)	(1.233)
Outros ajustes da carteira de créditos	-	-	(26)
Provisão para redução a valor recuperável	4	1.038	1.039
Descontos concedidos	4	268	247
Juros sobre as debêntures	6	632	2.963
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Empréstimos e recebíveis	4	540	298
Adiantamento a fornecedores	-	2	(3)
(Redução) aumento nos passivos operacionais			
Contas a pagar	5	(133)	107
Obrigações fiscais	-	(6)	5
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(74)	1.680
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de debêntures	6	(4.083)	(21.230)
Pagamento de juros sobre debêntures	6	(650)	(5.769)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(4.733)	(26.999)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(4.807)	(25.319)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	4.906	30.225
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	99	4.906
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(4.807)	(25.319)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vert-Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	8	(442)	(898)
		(442)	(898)
Valor adicionado (consumido) bruto		(442)	(898)
Valor adicionado (consumido) líquido		(442)	(898)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras (despesas financeiras), incluindo variação cambial líquida	9	1.098	4.321
Provisão para perda de crédito esperada	8	(1.038)	(1.039)
Provisão para perda da carteira	8	1.467	1.717
		1.527	4.999
Valor adicionado (consumido) a distribuir		1.085	4.101
Distribuição do valor adicionado			
Despesas financeiras	9	954	3.252
Impostos, taxas e contribuições	8	131	849
Valor adicionado distribuído		1.085	4.101

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vert-Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vert-Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Companhia”) foi constituída no dia 08 de setembro de 2021 como uma sociedade limitada e alterou seu tipo empresarial para sociedade anônima (S.A.) em 25 de outubro de 2021 através de assembleia geral de seus acionistas.

1.1 Data de início das emissões

No dia 19 de abril de 2022, a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples realizadas em série única. Detalhamentos da emissão estão descritos na Nota Explicativa nº 6 – Debêntures.

1.2 Sumário das operações

De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, a Emissora tem por objeto social: (i) a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de operações ativas praticadas por instituições financeiras e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro, desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada (“Resolução CMN 2.686”); (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

1.3 Derivativos e riscos envolvidos

A emissão não conta com a contratação de instrumentos financeiros derivativos no exercício, motivo pelo qual não foram identificados riscos relacionados à contratação desses instrumentos na estrutura da emissão.

1.4 Mecanismos de retenção de risco utilizados na estrutura da securitização, tais como garantias reais ou fidejussórias, subordinação ou coobrigação, assim como, se for o caso, a utilização desses mecanismos durante o período

As debêntures contam com garantia do fiel, pontual e integral pagamento, pela emissora:

- i) Das Debêntures e de todos os valores, presentes e futuros, no âmbito da Escritura de Emissão e documentos acessórios, incluindo a Cessão Fiduciária, se e quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária;
- ii) Das obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário e demais prestadores de serviços envolvidos na Emissão e na Cessão Fiduciária; e

Vert-Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- iii) Das obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e ou realização da Cessão Fiduciária, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão da Cessão Fiduciária, conforme aplicável, a Emissora constitui Cessão Fiduciária em benefício dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, sobre: a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, representados por CCB emitidas por Tomadores por meio da Plataforma, que venham a ser adquiridas pela Emissora com os recursos provenientes das Debêntures, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Escritura de Emissão, que é formalizada por meio de Contrato de Cessão Fiduciária, sendo certo que, observadas as regras de transferência estabelecidas no Contrato de Cessão Fiduciária e no Acordo Operacional, os recursos decorrentes da realização dos Direitos Creditórios Vinculados devem ser mantidos única e exclusivamente nas Contas Exclusivas; e as Contas Exclusivas e a totalidade dos direitos creditórios emergentes das Contas Exclusivas, bem como todos os respectivos recursos nelas existentes de tempos em tempos, incluindo eventuais, futuros e rendimentos dos Investimentos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

1.5 Riscos

Os riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, rentabilidade, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto à Emissora quanto as próprias Debêntures objeto desta Emissão. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações que estão descritas na Escritura, bem como consultar seu consultor de investimentos e outros profissionais que julgar necessários antes de tomar uma decisão de investimento. Estão descritos a seguir os riscos relacionados, exclusivamente, à Emissora, as Debêntures e à estrutura jurídica da presente Emissão:

a) Risco de crédito da emissora

Atrasos, falta de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora e outros eventos podem afetar negativamente a capacidade da Emissora de honrar as suas obrigações. A principal fonte de recursos da Emissora para efetuar o pagamento das Debêntures por ela emitidas decorre do pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados pelos respectivos Tomadores. Dessa forma, qualquer atraso ou falta de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora pode afetar negativamente a sua capacidade de honrar as obrigações assumidas junto aos Debenturistas, sendo que, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios Vinculados, a Emissora pode não dispor de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e/ou o resgate das Debêntures.

b) Risco operacional da emissora

Adicionalmente, ainda que receba os Direitos Creditórios, a Emissora pode enfrentar problemas operacionais para efetivar o recebimento de tais créditos e o efetivo pagamento das Debêntures. Isso pode resultar no inadimplemento das Debêntures.

c) Riscos de insuficiência da garantia

No caso de inadimplemento das Debêntures por parte da Emissora, o Agente Fiduciário tem que iniciar o procedimento de execução judicial da Alienação Fiduciária e da Cessão Fiduciária. Não há como assegurar que a Emissora, quando executada, a Alienação Fiduciária e a Cessão Fiduciária serão suficientes para recuperar o valor necessário para amortizar integralmente as Debêntures. Caso isso ocorra os Debenturistas podem ser afetados;

Vert-Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

d) Risco de vencimento antecipado das debêntures.

No caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora pode não ser capaz de realizar a amortização das Debêntures, e, com isso, a Emissora não terá recursos suficientes para pagar os investidores, o que poderá afetar negativamente os debenturistas.

e) Riscos de mercado.

A Emissora, os Direitos Creditórios Vinculados, a Instituição Financeira Endossante e os respectivos Tomadores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente nas políticas monetária, fiscal e cambial e, conseqüentemente, também na economia do País.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Autorização

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em cumprimento às instruções nº 60/21 e nº 476/09 da Comissão de Valores Mobiliários e atendem os propósitos específicos da referida instrução.

A Administração declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administradora na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi autorizada pela Diretoria da Emissora em 20 de março de 2025.

2.2 Bases de apresentação

As presentes demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Board* (IASB).

As demonstrações contábeis são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

Vert-Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.4 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7 Resultado por ação

As práticas contábeis, para divulgação do resultado por ação, para fins contábeis, demonstram a importância da divulgação em que as companhias divulguem o lucro ou prejuízo líquido do exercício e seu valor por ação do capital social, ou seja, o cálculo do lucro básico e diluído por ação. Neste sentido, é importante destacar que as sociedades anônimas, devem aplicar os conceitos estabelecidos pela IAS 33 (CPC 41) na divulgação do resultado por ação.

2.8 Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A Administração reconhece perdas quando existe evidência provável de que a Companhia não é capaz de receber os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre valor contábil e o valor recuperável. Além da verificação da situação de inadimplência, são considerados outros fatores que possam interferir na análise sobre a capacidade de liquidação dos fluxos de caixa esperados para cumprimento das obrigações junto aos investidores.

Vert-Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A tabela de provisão para devedores duvidosos válida na Data de Emissão é a seguinte:

Faixas de atraso	% Provisão
Atraso entre 03 e 15 dias	0,50%
Atraso entre 15 e 30 dias	1,00%
Atraso entre 31 e 60 dias	3,00%
Atraso entre 61 e 90 dias	10,00%
Atraso entre 91 e 120 dias	30,00%
Atraso entre 121 e 150 dias	50,00%
Atraso entre 151 e 180 dias	70,00%
Atraso acima de 180 dias	100,00%

2.9 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, ou mantido a custo amortizado.

a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa. Custo amortizado: é o valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria os créditos a receber e outros ativos. Valor justo: é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa.

b) Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados a valor justo ou mantidos ao custo amortizado. Os seguintes passivos financeiros são classificados ao Custo Amortizado: Fornecedores e obrigações por emissão de títulos - Debêntures.

2.10 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) "Demonstração dos Fluxos de Caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.11 Demonstração do Valor adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) é elaborada e apresentada conforme de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 09 "Demonstração do Valor Adicionado", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	99	4.906
Total	99	4.906

As aplicações financeiras são automáticas e em certificados de depósito bancário que possuem liquidez imediata e taxa de remuneração de 100% do CDI.

Vert-Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

O saldo de empréstimos e recebíveis refere-se aos direitos creditórios adquiridos, elegíveis como lastro de operações de securitização de créditos financeiros originados, para fins da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

4.1 Descrição das características dos direitos creditórios

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão são destinados prioritariamente à aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados, em observância ao disposto na Resolução CMN nº 2.686, quais sejam, as cédulas de crédito bancário, bem como de outras CCB emitidas pelas pessoas físicas nos termos da Lei nº 10.931, concedidas pela instituição financeira beneficiária original da CCB ou qualquer outra instituição que realizar o endosso em favor da Emissora aos Tomadores, conforme solicitação feita pelos Tomadores exclusivamente por meio da plataforma eletrônica de acesso a crédito desenvolvida e mantida pela Magalu Pagamentos Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amazonas da Silva, nº 27, 2º andar, sala A, CEP 02051-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.948.578/0001-77.

4.2 Critérios de elegibilidade

Sem prejuízo do disposto nesta Escritura de Emissão, em cada data de aquisição de CCB, a Emissora deve observar os seguintes critérios de elegibilidade:

- (i) o valor de emissão de CCB devida por um único Tomador não pode ultrapassar o montante de R\$ 200;
- (ii) as CCB devem ter uma taxa de juros equivalente ao maior entre: (i) taxa de juros pré-fixada equivalente à, no mínimo, 0,99% (zero vírgula noventa e nove por cento) ao mês; ou (ii) a Remuneração das Debêntures acrescido de 2% (dois por cento) ao ano, considerando a Taxa DI divulgada pela B3 na data imediatamente anterior à data do endosso;
- (iii) o prazo da CCB não pode (a) ser superior ao prazo de vencimento das Debêntures; e (b) ter prazo de vencimento superior a 36 (trinta e seis) parcelas;
- (iv) o vencimento das CCB não pode ocorrer em prazo inferior a 10 (dez) dias antes da data de vencimento;
- (v) as CCB não devem estar inadimplidas e/ou vencidas, bem como não devem possuir saldo vencido e não pago, em sua data de aquisição; e
- (vi) as CCB não podem ser emitidas por Tomadores que estejam inadimplentes com suas obrigações perante a Emissora, por prazo superior a 01 (um) dia útil

4.3 Composição dos recebíveis

	31/12/2024	31/12/2023
Carteira de crédito 1ª Emissão (i)	2.314	2.175
(-) Provisão para devedores duvidosos	(2.131)	(1.094)
Total	183	1.081

(i) A cedente dos direitos creditórios é a Money Plus Scmepp Ltda., cuja taxa média da operação perfaz 5,53% a.m.

Vert-Magalú Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4.4 Movimentação dos empréstimos e recebíveis

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	1.081	1.379
(+) Aquisição	185	1.512
(+) Juros	948	1.233
(-) Recebimentos	(725)	(1.783)
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(1.038)	(1.039)
(-) Descontos concedidos	(268)	(247)
(+) Outros ajustes	-	26
Saldo em 31 de dezembro	183	1.081

4.5 Composição dos recebíveis por faixa de vencimento

Direitos creditórios a vencer	31/12/2024	PDD	Total
A vencer até 30 dias	70	(52)	18
A vencer de 31 a 60 dias	70	(48)	22
A vencer de 61 a 90 dias	59	(41)	18
A vencer de 91 a 120 dias	53	(36)	17
A vencer de 121 a 150 dias	44	(31)	13
A vencer de 151 a 180 dias	40	(27)	13
A vencer de 181 a 360 dias	158	(114)	44
A vencer acima de 360 dias	64	(48)	16
Vencidos até 30 dias	59	(53)	6
Vencidos de 31 a 60 dias	64	(59)	5
Vencidos de 61 a 90 dias	68	(63)	5
Vencidos de 91 a 120 dias	67	(64)	3
Vencidos acima de 120 dias	1.498	(1.495)	3
Total dos direitos creditórios	2.314	(2.131)	183
Saldo curto prazo	2.250	(2.083)	167
Saldo longo prazo	64	(48)	16

Direitos creditórios a vencer	31/12/2023	PDD	Total
A vencer até 30 dias	171	(45)	126
A vencer de 31 a 60 dias	151	(40)	111
A vencer de 61 a 90 dias	133	(39)	94
A vencer de 91 a 120 dias	107	(32)	75
A vencer de 121 a 150 dias	99	(30)	69
A vencer de 151 a 180 dias	83	(27)	56
A vencer de 181 a 360 dias	338	(112)	226
A vencer acima de 360 dias	272	(87)	185
Vencidos até 30 dias	108	(49)	59
Vencidos de 31 a 60 dias	86	(54)	32
Vencidos de 61 a 90 dias	84	(61)	23
Vencidos de 91 a 120 dias	75	(58)	17
Vencidos de 121 a 150 dias	68	(60)	8
Vencidos de 151 a 180 dias	59	(59)	-
Vencidos de 181 a 360 dias	264	(264)	-
Vencidos acima de 360 dias	77	(77)	-
Total dos direitos creditórios	2.175	(1.094)	1.081
Saldo curto prazo	1.903	(1.007)	896
Saldo longo prazo	272	(87)	185

Vert-Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4.6 Redução ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

4.7 Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado do Companhia, o pagamento dos valores devidos e a rentabilidade dos investidores

Durante o período não ocorreram eventos de pré-pagamento.

4.8 Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira, incluindo, a metodologia adotada pela emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios

Não há aquisição substancial de riscos e benefícios da carteira. A aquisição substancial de riscos e benefícios da carteira, ocorrem por parte dos titulares de cada série, seguindo a subordinação prevista no instrumento de escritura da emissão, conforme aplicável.

5. CONTAS A PAGAR

	31/12/2024	31/12/2023
Assessoria contábil	2	2
Outros prestadores de serviços	-	111
Total	2	113

São serviços contratados pela Companhia: (a) Assessoria Contábil, realizada pela Contábil Guararapes S/S Ltda., responsável técnico pelo atendimento das obrigações contábeis e fiscais; (b) Outros, incluem agências de publicidade que realizarão a diagramação e publicação das demonstrações contábeis quando exigido por Lei.

6. DEBÊNTURES

6.1 Condições da escritura

O valor total da Emissão é de R\$ 300.000, na Data de Emissão, em série única. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão é de R\$ 1. Desta forma, foram emitidas 300 (trezentas mil) Debêntures.

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Dinie não contempla a inclusão de covenants em suas operações de securitização.

6.2 Remuneração

Sobre o valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debentures, conforme o caso, incidem, a partir da Data da Primeira Integralização das Debêntures juros remuneratórios que correspondem a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) acrescido de sobretaxa de 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Vert-Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Remuneração das Debêntures é calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento das Debêntures imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento

6.3 Cronograma de pagamentos

Os pagamentos de Remuneração são realizados pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, mensalmente, a partir de 19 de abril de 2024, sempre no 19º (décimo nono) dia ou próximo dia útil subsequente e encerrando-se em 19 de abril de 2027 (Data de Vencimento).

6.4 Principais direitos políticos inerentes de cada classe de certificado

Os titulares das Debentures podem, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturistas convocada de acordo com a disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das Debentures (“Assembleia Geral de Debenturistas”). As Assembleias Gerais de Debenturistas devem ser realizadas de forma presencial, podendo ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio, desde que assim permitido pela legislação aplicável.

Aplica-se a Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, as disposições da Lei das Sociedades por Ações aplicáveis as assembleias gerais de acionistas. Assim, nos termos do artigo 124, §40 da Lei das Sociedades por Ações, é considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas.

6.5 Composição das obrigações com Debêntures

Debêntures	31/12/2024	31/12/2023
A vencer de 01 a 30 dias	381	232
A vencer de 31 a 60 dias	168	-
A vencer de 61 a 90 dias	168	-
A vencer de 91 a 120 dias	167	-
A vencer de 121 a 150 dias	167	243
A vencer de 151 a 180 dias	167	244
A vencer de 181 a 360 dias	1.004	1.461
A vencer acima de 360 dias	2.677	6.820
Total bruto	4.899	9.000
Prêmio a pagar	(4.641)	(3.174)
Saldo final	258	5.826
Debêntures - Curto prazo	221	2.180
Debêntures - Longo prazo	37	3.646
Total	258	5.826

Movimentação das Debêntures	31/12/2024	31/12/2023
(=) Saldo inicial	5.826	31.579
(+) Juros incorridos	632	2.963
(-) Amortização	(4.083)	(21.230)
(-) Pagamento de Juros	(650)	(5.769)
(+) Provisão para perda da carteira	(1.467)	(1.717)
Total	258	5.826

Vert-Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 Capital Social

O capital social subscrito e totalmente integralizado, da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 5, divididos em 5 (cinco mil) ações ordinárias integralmente integralizadas. Das quais 4.999 (quatro mil novecentos e noventa e nove) pertencem a Vert Participações Ltda. e 01 (uma) pertence a Vert Créditos Ltda.

7.2 Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não pode exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve nenhuma constituição de reservas durante o período apresentado.

7.3 Resultados de exercício

Os resultados de exercício obtidos constituirão reservas até seus limites legais, conforme item 7.2, ou serão convertidos em ações ordinárias no Capital Social quando acima dos limites possíveis de constituição de reservas.

8. DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	31/12/2024	31/12/2023
Assessoria contábil	(28)	(26)
Auditoria	(51)	-
Consultorias	(82)	(135)
Agente fiduciário	(51)	(38)
Despesas legais e judiciais	(4)	-
Provisão para perda da carteira	1.467	1.717
Perdas de créditos esperadas	(1.038)	(1.039)
Impostos taxas e contribuições	(131)	(849)
Outras despesas	(226)	(699)
Total	(144)	(1.069)
Classificados como		
Despesas gerais e administrativas	(442)	(1.747)
Impostos taxas e contribuições	(131)	(849)
Provisão para perda com crédito esperada	(1.038)	(1.039)
Provisão para perda da carteira	1.467	1.717
Total	(144)	(1.069)

Os serviços contábeis são contratados por valores mensais pré-fixados. Os serviços de auditoria são contratados para serviços anuais e cobrados conforme Contrato de Prestação de Serviços. Consultoria são contratações para a gestão dos direitos creditórios e do movimento da debênture. Impostos e taxas são relativos à taxa de fiscalização e são cobradas anualmente pelos órgãos públicos e reguladores (CVM e Prefeitura Municipal). Outras despesas incluem despesas com cartório, despesas com serviços de informática, despesas com agenciamento e corretagem e eventuais reembolsos gerais de despesas administrativas.

Vert-Magalu Crédito Pessoal Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto por receitas auferidas por aplicações em certificados de depósitos bancários, deduzidos das despesas de juros com emissões e despesas financeiras incorridas nos exercícios de 2024 e 2023.

	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre debêntures	(632)	(2.963)
Desconto financeiro concedido	(268)	(247)
Juros sobre direitos creditórios	948	1.233
Rendimento de aplicações financeiras	150	3.088
Outras despesas financeiras	(54)	(42)
Resultado financeiro líquido	144	1.069
Classificados como:		
Receitas financeiras	1.098	4.321
Despesas financeiras	(954)	(3.252)
Resultado financeiro líquido	144	1.069

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2024 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

11. PARTES RELACIONADAS

Não ocorreram transações envolvendo partes relacionadas no período findo em 31 de dezembro de 2024.

12. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Não houve a contratação de agência classificadora de risco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

13. OUTROS ASSUNTOS

A Administração revisou os possíveis impactos e concluiu que não existe ajustes ou considerações a serem realizadas nas informações contábeis findas em 31 de dezembro de 2024.

14. RELAÇÃO COM AUDITORES

A empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreu nenhum evento subsequente até a data de emissão das Demonstrações Contábeis que requeressem divulgação.